

Comissão aprova medidas para enfrentar mudanças climáticas



Geacel/Vegga

A Comissão de Infraestrutura aprovou duas propostas que poderão ser levadas à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realizará em Copenhague. Os projetos, que serão examinados por outras comissões, visam à redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa e à implementação de medidas para promover a adaptação às alterações no clima. Em Plenário, Ideli Salvatti, Cristovam Buarque e Marina Silva defenderam medidas para enfrentar o aquecimento global. **5**

Fernando Collor (à dir., ao lado de Eliseu Resende) preside reunião da Comissão de Infraestrutura

Especialistas veem abuso em publicidade para criança

O número de obesos no país poderia diminuir em até 30% se a publicidade de alimentos causadores de doenças como obesidade e diabetes fosse banida. Essa opinião foi manifestada em audiência pública para instruir projeto de Marisa Serrano. Especialistas consideraram abusiva a publicidade dirigida às crianças. **6**



Josefina

Ao lado de Paulo Duque (E), ministro Edson Santos discursa

Dia da Consciência Negra destaca desigualdade

O Senado comemorou ontem o Dia Nacional da Consciência Negra, que se celebra hoje em homenagem à data de 20 de novembro de 1695, em que Zumbi dos Palmares foi assassinado. Senadores defenderam garantia de igualdade entre brancos e negros. **8**

Senado realiza amanhã leilão de bens fora de uso

Hoje é o último dia para visita aos lotes de bens que o Senado vai leiloar amanhã, às 9h, no prédio onde funciona o Serviço de Transporte. Os lotes contêm carros, móveis, computadores, equipamentos e máquinas do parque gráfico fora de uso. **3**

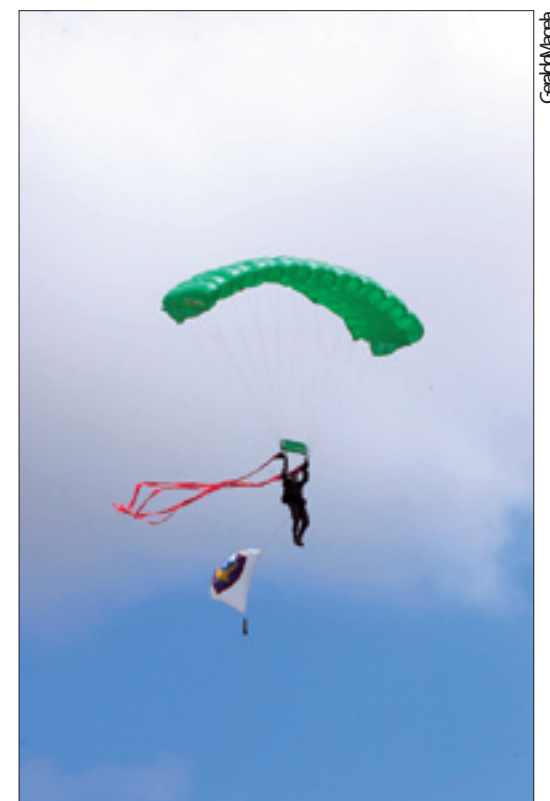
Integração energética da América do Sul vai ao exame do Plenário

O estímulo à integração energética da América do Sul é o principal objetivo de acordo aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. O documento, que ainda será submetido ao Plenário, é assinado pelos países integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e por Colômbia, Chile, Equador e Venezuela.

Por meio do documento, permite-se a celebração de protocolos bilaterais, sub-regionais ou regionais em áreas como intercâmbio comercial de hidrocarbonetos, interconexão de redes elétricas, interconexão de redes de gasodutos e fontes de energia renováveis. Três outros projetos de decreto legislativo receberam igualmente pareceres favoráveis da CRE. **4**

Possível extradição de Cesare Battisti divide opinião de senadores

Os senadores Demostenes Torres e Mesquita Júnior criticaram ontem o Supremo Tribunal Federal (STF) por atribuir ao presidente da República a palavra final sobre a extradição de Cesare Battisti mesmo tendo decidido favoravelmente ao pedido da Justiça italiana. Mas o senador Eduardo Suplicy considerou “legítima” a posição do Supremo. O presidente do Senado, José Sarney, disse acreditar que Battisti responde à Justiça da Itália por crime comum, e não por crime político, e, por isso, o entendimento do Supremo favorável à extradição deve ser cumprido. O senador José Nery afirmou ter recebido “com alívio” a manifestação do STF. **3**



Geacel/Vegga



Geacel/Vegga

Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro e José Sarney assistem a demonstração de equipe de salto livre durante comemoração do Dia da Bandeira. **7**

EMENDAS BENEFICIAM SETOR RODOVIÁRIO

O SETOR RODOVIÁRIO foi o maior beneficiado com as emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010. Os senadores destinaram recursos para a construção de ponte sobre o rio Paraná, que abrange as regiões de Três Lagoas e Castilho, na BR-262, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Também solicitaram recursos para a adequação de trecho rodoviário em Águas Lindas de Goiás (GO), na BR-070, e ainda para a construção de rodovia na divisa de Goiás com Mato Grosso. Os senadores também aprovaram recursos para a construção de contorno na BR-304, em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

CAS APROVA EMENDAS DE R\$ 660 MILHÕES

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem as quatro emendas que deverão ser encaminhadas ao projeto do Orçamento da União de 2010, num valor total de R\$ 660 milhões. Uma delas destina R\$ 200 milhões para despesas com a implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50 mil habitantes. As outras três emendas que receberam parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destinam R\$ 200 milhões ao Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, a Rede Sarah; R\$ 160 milhões para a estruturação da rede de serviços de atenção básica da saúde; e R\$ 100 milhões à fiscalização para a erradicação do trabalho infantil.

CRÉDITOS ADICIONAIS SEM CONSENSO

PROJETOS DO EXECUTIVO com pedidos de abertura de crédito ao Orçamento vigente que se encontram acumulados na Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverão ser examinados diretamente em sessão do Congresso. A CMO teria de votar o conjunto de propostas até hoje, senão perderia a competência para deliberar, por esgotamento de prazo. No entanto, ainda ontem, o relator-geral do projeto do Orçamento de 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF), adiantou que não havia consenso para que a votação se realizasse. Magela presidiu a reunião do dia, que se limitou a aprovar o relatório de atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Sarney: Senado votará ainda este ano sua reforma administrativa

Presidente do Senado informa que líderes concordaram em decidir também sobre adesão da Venezuela ao Mercosul, "questão que desperta grande atenção e polêmica"

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, informou, na manhã de ontem, que já acertou com os líderes partidários a votação da reforma administrativa da Casa antes do fim do ano. Ele explicou que falta apenas marcar a data da sessão em que o Plenário vai deliberar sobre a matéria. O mesmo acontecerá com a votação sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.



Sarney cumprimenta estudantes de escola pública e elogia fotos feitas por eles

– Também há um compromisso entre as lideranças de votarmos a situação da Venezuela ainda nesta sessão legislativa. Poderíamos ter votado ontem, mas não tínhamos número suficiente. Esta é uma questão que desperta grande atenção e polêmica dentro da Casa e vamos marcar um dia para que essa sessão possa ser ampla e, como diz o senador Aloizio Mercadante [PT-SP], para que possamos nos aprofundar sobre a matéria.

Estudantes

Logo após conceder entrevista no Salão Azul do Congresso, na manhã de ontem, o presidente

do Senado foi cumprimentado por dezenas de crianças de uma escola pública que visitavam o Legislativo. Ele abraçou alguns dos estudantes e os elogiou pelas fotos que tinham feito em seus telefones celulares.

Presidentes

José Sarney receberá na próxima segunda-feira o presidente da República Islâmica do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, no Salão Nobre, às 15h30. Ahmadinejad visita o Brasil poucos dias depois do presidente de Israel, Shimon Peres. Os dois países mantêm relações conflituosas.

Outro chefe de Estado fará

uma visita de cortesia ao presidente do Senado na próxima semana. Na terça-feira, será a vez do presidente da República Tcheca, Václav Klaus, também no Salão Nobre, às 15h.

Sarney tem ainda em sua agenda da próxima semana a visita do presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin, na quinta-feira. Ele será recebido pela manhã, às 10h30, também no Salão Nobre. O comitê é um fórum de debates dos princípios do comunismo chinês e decide também sobre a criação de novos organismos governamentais daquele país.

Agrotóxicos serão debatidos em audiência pública

O controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e o emprego de defensivos na agricultura brasileira serão debatidos em audiência pública no Senado Federal, na próxima terça-feira. A audiência será promovida conjuntamente pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA).

Deverão participar da reunião os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; do Meio Ambiente, Carlos Minc; e da Saúde, José Gomes Temporão. Também foram convidados o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; o diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para

Defesa Agrícola José Roberto da Ros; e o diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, José Otavio Machado Menten.

A audiência foi proposta pelos

senadores Gilberto Goellner (DEM-MT), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). A reunião está marcada para as 9h30, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.



Aplicação de defensivos agrícolas exige trajes e equipamentos adequados



Para senador, aprovar e sobrestar a validade da adesão pode ser a medida mais adequada

Mozarildo quer condições para Venezuela entrar no Mercosul

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender, em Plenário, a adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). O senador alertou, no entanto, para a necessidade de se estabelecerem condicionantes para a adesão do país vizinho ao bloco econômico.

– Acho que a proposta de aprovar e sobrestar a validade [da adesão], talvez seja a mais adequada, para este momento em que vivemos. A cada dia que passa o presidente Hugo Chávez cria um problema novo para o povo da Venezuela e para todo o continente – disse.

Mozarildo questionou mesmo a validade do argumento, frequentemente utilizado por defensores da entrada da Venezuela no Mercosul, de que o elevado saldo comercial em favor do Brasil bastaria para justificar a adesão.

Em sua avaliação, além do fato de as vendas de produtos brasileiros serem feitas predominantemente por apenas dois estados

ricos – Minas Gerais e São Paulo –, o que mais deveria pesar na decisão de aceitar a Venezuela no Mercosul não seriam os ganhos econômicos, decorrentes do comércio exterior, mas principalmente as questões democráticas, como a situação dos direitos humanos e o grau de valorização do convívio harmônico com outros países do continente.

Mozarildo manifestou ainda preocupação com a situação atual da Venezuela, devido à ocorrência de racionamento de energia elétrica e à falta de produtos de primeira necessidade como alimentos e roupas.

Lembrando que vem da Usina Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a energia elétrica que abastece o estado de Roraima, o parlamentar pediu o apoio dos deputados federais para a aprovação de projeto de lei de sua autoria, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe a construção de usina hidrelétrica no rio Cotingo, em seu estado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

“Eu, pessoalmente, pelo que tenho lido, tenho minhas dúvidas quanto à existência de crime político do sr. Battisti. A mim parece que se trata realmente de crime comum”, afirma presidente do Senado sobre decisão do Supremo

Sarney acredita que Cesare Battisti deve ser extraditado para a Itália

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, considera que o ex-ativista italiano Cesare Battisti responde por crime comum e não crime político e acredita que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à extradição de Battisti deveria ser cumprido. Ao chegar na manhã de ontem ao Senado, Sarney ressaltou, contudo, que essa decisão caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Eu, pessoalmente, pelo que tenho lido, tenho minhas dúvidas quanto à existência de crime político do Sr. Battisti. A mim, parece que se trata realmente de crime comum. Eu acho que, quando o Supremo Tribunal deu a extradição, cumpriu um pedi-

do do tribunal italiano. E acredito que, havendo o pedido de extradição do tribunal da Itália e o Supremo concedendo e, em se tratando de crime comum, ele deveria ser extraditado.

Sarney também afirmou que decisão da suprema corte de Justiça do país não se discute, se cumpre. Ele destacou que essa tem sido sempre sua posição, levando em conta que, na Assembleia Nacional Constituinte, o Brasil decidiu entregar ao STF o papel de guardião da Constituição federal.

– De maneira que temos que nos submeter à decisão deles – observou, referindo-se aos ministros daquela corte.

Quando questionado pelos

jornalistas sobre o fato de que o STF não decretou a extradição, mas apenas a recomendou ao presidente da República, Sarney deu sua interpretação para o que deliberou o tribunal.

– Acredito que o Supremo Tribunal Federal decidiu. Decidiu sobre a extradição. Agora, o *modus faciendi* quem exerce é o presidente da República. Essa foi a decisão do Supremo Tribunal e acho que deve ser cumprida. O presidente, na sua liberdade de cumprir ou não a extradição, tomará sua decisão.

Sarney também explicou que a decisão de autorizar a extradição, sem decretá-la, já tem precedentes na jurisprudência do STF. Em sua opinião, o tribunal tem se mantido nessa diretriz porque, num caso como o de extradição, trata-se da formalização do ato de um Estado para outro.

– O presidente Lula é o chefe da nação e é ele quem deve praticar esse ato. Agora, para praticá-lo, é evidente que ele tem que estar respaldado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

“O presidente Lula é o chefe da nação e é ele quem deve praticar este ato”

José Nery diz que recebeu “com alívio” a decisão do Supremo

O senador José Nery (PSOL-PA) declarou, em Plenário, ter recebido “com alívio” a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por 5 votos a favor e 4 contrários, de que cabe ao presidente da República a palavra final sobre a extradição do italiano Cesare Battisti.

Nery salientou a luta de dois anos de um grupo de parlamentares pela manutenção do asilo político concedido a Battisti, inicialmente, pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O senador comemorou o fato de ter prevalecido, ao final da votação no tribunal, a interpretação de que, segundo a Constituição de 1988, a prerrogativa sobre a extradição seria do presidente da República.

Cesare Battisti é acusado pela Justiça italiana de ter cometido quatro assassinatos na década de 1970, quando integrava o grupo Proletários Armados pelo Comunismo. Ele se diz inocente.

Demostenes afirma que “STF se desmoralizou”



Demostenes Torres: “Foi como se o tribunal tivesse rasgado o Estatuto do Estrangeiro”

“O Supremo pilateou, o Supremo lavou as mãos, o Supremo se desmoralizou”, afirmou ontem, da tribuna, o senador Demostenes Torres (DEM-GO), ao comentar a decisão tomada na quarta-feira pelo Supremo Tribunal Federal de que cabe ao presidente da República,

Luiz Inácio Lula da Silva, decidir se vai cumprir ou não a extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti.

Na avaliação de Demostenes, o Supremo foi “pusilânime” e não poderia ter agido dessa forma. Ele afirmou que entre a desonra e o confronto com o Executivo, a instância máxima do Judiciário brasileiro optou pela desonra. O senador disse que o STF não pode ficar com a

pecha de que cede a pressões de outro Poder e acrescentou que, com a decisão tomada, foi como se o tribunal tivesse rasgado o Estatuto do Estrangeiro.

– O Supremo disse que o ministro da Justiça, Tarso Genro, por questões absurdamente ideológicas, deferiu para um

criminoso o direito de ele ficar no país. O Supremo rasgou a decisão do ministro, mas ao mesmo tempo lavou as mãos. Isso ele não podia fazer. Tinha que ter decidido. Agora só resta torcer para que o presidente da República aja como um estadista e não busque o confronto com a Itália – afirmou Demostenes Torres.

O senador declarou que não pode haver Estado democrático de direito se a corte constitucional de um país tomar decisões para não serem cumpridas. Ele reforçou que o Supremo Tribunal Federal não pode se comportar como um órgão consultivo. Para o senador, o STF tem que mandar e todos devem obedecer, mesmo quando houver discordância. Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou que o Supremo decidiu de forma legítima.

Senado faz amanhã leilão de veículos e computadores

O Senado promove amanhã, às 9h, leilão de bens considerados fora da padronização adotada pela Casa desde 1996. Hoje é o último dia para visita aos lotes, aberta a todos os interessados. Em cumprimento à legislação referente a licitações, não é permitida a participação de servidores do Senado no prego. O leilão será realizado no prédio onde funciona o Serviço de Transporte.

Os lotes contêm carros, mó-

veis, computadores, equipamentos e máquinas do parque gráfico fora de uso. O objetivo é liberar espaço nas dependências da Casa e reduzir custos com a manutenção de bens ociosos. Foram adotados procedimentos técnicos habituais para a liberação dos itens a serem leiloados.

O edital do leilão está disponível na portaria da Gráfica do Senado, no depósito da Secretaria de Patrimônio e no Serviço de Transporte da Casa.



Equipamentos gráficos também estão entre os itens a serem leiloados

Claudino diz que ZPEs podem ajudar a desenvolver o Piauí

A criação de três novas zonas de processamento de exportações (ZPEs), nos municípios piauienses de Floriano, Picos e Bom Jesus, pode contribuir decisivamente para ajudar no desenvolvimento do estado, afirmou João Vicente Claudino (PTB-PI). O senador disse que essas áreas atraem naturalmente as empresas, levando o progresso aos municípios próximos.

Claudino informou que os projetos que apresentou criando ZPEs nesses municípios já foram aprovados pelo Senado e também pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara, que acatou o parecer favorável do relator, deputado Elizeu Aguiar (PTB-PI). Agora, os projetos serão examinados pelas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça da Câmara. O senador comunicou que a



Claudino comunica que Vale investirá em níquel no estado

Vale voltará a investir em sua mina de níquel no município de Capitão Gervásio Oliveira (PI) e ainda quer explorar jazidas de fosfato do estado.

Claudino também cumprimentou a estudante Marinêz Maria de Oliveira, da cidade de Monsenhor Hipólito (PI), uma das 27 finalistas do 2º Concurso de Redação do Senado, e aplaudiu sessão especial da Casa comemorativa dos 40 anos do Serviço Geológico do Brasil.

Mesquita Júnior defende orçamento impositivo no país

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) protestou em Plenário contra o que considera uma atitude de subserviência de um Poder da República a outro: “o costume instaurado no Legislativo de elaborar a peça orçamentária anual para, em seguida, assistir, impotente, à não liberação das emendas parlamentares relativas ao ano anterior”. Ele apontou como solução para esse problema a adoção do orçamento impositivo.

– Pergunto-me: qual a utilidade desses procedimentos todos? Vem prefeito, governador, reitor de universidade. A gente delibera, tem equipe de assessores pra quê? Para nada? Advogo duas coisas: ou tornamos o orçamento impositivo ou acaba-se com as emendas parlamentares – propôs.

Mencionando declaração atribuída ao senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, de que o seu partido só votaria o Orçamento este ano se as emendas fossem, pelo menos, empenhadas, Mesquita Júnior afirmou que isso “já seria o primeiro passo, uma primeira medida consistente a ser adotada pelo Senado”.

Caso Battisti

Mesquita Júnior também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de delegar ao presidente da República a deliberação final sobre o pedido de extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti, que se encontra preso em Brasília.

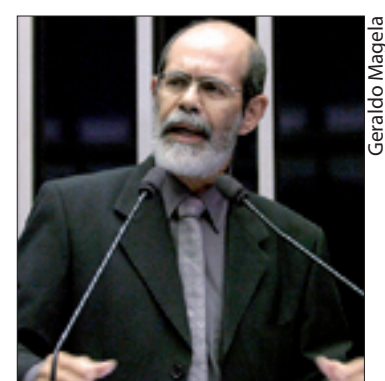
– Para mim e para os brasileiros, interessa a Suprema Corte dando a última palavra, que não deve ser discutida, deve ser cumprida – afirmou o parlamentar.

Mesquita Júnior disse que a decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal fez com que se sentisse “ingressando em um ambiente de insegurança jurídica”.

– Já bastaria a sujeição do Legislativo em relação ao Executivo brasileiro – lamentou.

Na avaliação do representante acreano, quando o STF transfere ao presidente da República uma prerrogativa que lhe caberia está sugerindo que o próprio presidente deveria ser submetido à apreciação do Senado Federal como candidato a ministro daquela corte.

Disse ainda Mesquita Júnior que, com a medida, o STF introduziu o presidente da República no Conselho de Ministros. Ambas as situações, segundo os parlamentares, estariam subvertendo a lógica dos Poderes da República.



Mesquita Júnior: lógica dos Poderes da República está sendo subvertida

Comissão de Relações Exteriores também aprovou projeto que transfere para a Justiça Militar competência de julgar piloto da Aeronáutica que abater avião suspeito



Eduardo Azeredo preside reunião da CRE: comissão aprova ascensão de taifeiros da Aeronáutica à graduação de suboficiais

Acordo prevê integração energética sul-americana

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo internacional que visa estimular a integração energética na América do Sul. Firmado em dezembro de 2005 pelos países integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e por Colômbia, Chile, Equador e Venezuela, o acordo de Complementação Energética (PDS 717/09) permite, conforme explicou o relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a celebração de protocolos bilaterais, sub-regionais ou regionais em áreas como intercâmbio comercial de hidrocarbonetos, interconexão de redes elétricas, de gasodutos e de fontes de energia renováveis. O acordo será submetido ao Plenário, em regime de urgência.

Três outros projetos de de-

creto legislativo foram aprovados pela CRE. O PDS 866/09 aprova a participação de US\$ 6 milhões do Brasil no Fundo para o Meio Ambiente Global, para projetos de conservação da biodiversidade, redução dos riscos de mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio e descontaminação de águas internacionais. O PDS 718/09 atualiza a Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional. E o PDS 847/09 aprova ajuste em acordo sobre residência, estudo e trabalho para fronteiriços brasileiros e uruguaios.

Abate

Em decisão terminativa, a comissão aprovou o PLS 218/09, do senador Magno Malta (PR-ES) e cujo relator foi Geraldo Mesquita, que estabelece a

competência da Justiça Militar no julgamento de crimes dolosos cometidos contra a vida segundo as regras de abate de aeronaves civis contidas no artigo 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica. Ou seja, deixam de ser da competência da Justiça comum os crimes militares realizados no contexto da ação militar conhecida como “tiro de destruição”.

Foi também aprovado em decisão terminativa projeto (PLC 282/09) que permite o acesso do quadro de taifeiros da Aeronáutica à graduação de suboficial. Segundo o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a aprovação da proposta é uma “prioridade do governo” e faz justiça aos taifeiros. A matéria também foi apoiada pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Marisa Serrano pede debate amplo sobre apagão

Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu ontem em Plenário a realização de amplos debates para esclarecer as causas do recente apagão que deixou sem energia elétrica 18 estados brasileiros. A senadora assinalou que a identificação dos possíveis erros e problemas ocorridos é a melhor maneira de evitar novos cortes de luz e de aprimorar o sistema.

A parlamentar criticou o que considerou uma estratégia política do governo Luiz Inácio Lula da Silva de se comparar à administração de Fernando



Marisa critica tendência de comparar governo Lula ao de Fernando Henrique

Henrique Cardoso, dizendo que “enveredar para discussões sobre o passado, comparando dados sobre momentos e rea-

lidades diferentes, não ajudará em nada a projetar o futuro”.

– O que o povo brasileiro quer é olhar para frente, conhecer as propostas de construção do futuro, superar as desigualdades sociais, melhorar a qualidade da saúde e da educação e estabelecer pontos de referência que assegurem a manutenção de um processo contínuo e permanente de desenvolvimento sustentável – disse a senadora.

Ela acrescentou que “comparar governos desejando congelar o tempo é um exercício de ilusionismo”.

Gurgacz: energia de Rondônia é solução para possíveis blecautes

“A solução para o apagão energético do Brasil está vindo de Rondônia.” A afirmação foi feita pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que informou em discurso que o complexo hidrelétrico do rio Madeira, com potencial de gerar 6 mil megawatts, assegurará energia para o país se desenvolver com segurança, sem risco de novos apagões. Ele observou, no entanto, que o estado e sua população também

precisam ser beneficiados.

Ao contrário do que ocorreu com os ciclos da borracha, do ouro e da madeira, que trouxeram riqueza para os exploradores, mas também deixaram mazelas, Acir Gurgacz disse esperar que o ciclo energético seja pautado pelo desenvolvimento sustentável, gerando riqueza para todos, promovendo inclusão social, distribuindo renda e ajudando na proteção am-



Acir Gurgacz alerta: novo ciclo econômico precisa ser sustentável

biental. Ele lembrou que “com a soma dos fluxos migratórios, vivem hoje na Amazônia mais de 20 milhões de brasileiros”.

Agripino diz que faltam técnicos e recursos financeiros para Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão criado no modelo de privatização para fiscalizar, não tem técnicos suficientes para cumprir sua tarefa, afirmou José Agripino (DEM-RN). Segundo o senador, a incapacidade de fiscalizar da Aneel foi um dos motivos para o apagão que atingiu 18 estados na semana passada.

Agripino informou que a Aneel dispõe de apenas 76 especialistas para fiscalizar 450 subestações e 90 mil quilômetros de rede de distribuição de alta tensão em todo o país. Ele explicou que para fiscalizar tanto a geração quanto a distribuição de energia, a Aneel dispõe de uma receita paga por cada consumidor, dentro de sua conta de luz. Segundo o senador, do total arrecadado nos últimos 12 meses, R\$ 1,68 bilhão, o governo federal contingenciou 55%.

Outro problema que também



Agripino: dificuldades de agência para fiscalizar foi um dos motivos do apagão

pode ter contribuído para o blecaute, segundo Agripino, é a falta de investimentos privados no setor energético brasileiro. Agripino registrou que foi um dos que combateram o modelo tarifário adotado pelo governo no marco regulatório, o qual “privilegiou a energia já existente com tarifas mais altas e reservou tarifas reduzidas para a energia a ser gerada com a construção de novas hidrelétricas”.

Falta fiscalização de obras em São Paulo, afirma Mercadante

Há um problema grave de fiscalização nas obras em São Paulo, disse Aloizio Mercadante (PT-SP). O senador comunicou sua decisão de pedir uma audiência pública para discutir a queda de três vigas de sustentação do viaduto em construção do trecho sul do rodoanel de São Paulo, na última sexta-feira.

Mercadante informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 72 irregularidades na obra, que vão desde a alteração de métodos construtivos até a troca de areia por brita. O objetivo, segundo o senador, era reduzir custos e antecipar a conclusão da obra em 14 meses, para inaugurá-la no dia 27 de março.

Mercadante disse que o trecho sul do rodoanel foi orçado, inicialmente, em R\$ 2,950 bilhões, mas os aditivos de contratos já chegam a R\$ 3,6 bilhões, com



Mercadante quer audiência pública sobre irregularidades em rodoanel

uma projeção de mais aditivos, que podem elevar o valor para R\$ 4,5 bilhões, sendo que um terço é custeado pelo governo federal.

O senador informou que pretende convidar para a audiência os responsáveis técnicos pela obra, representantes do TCU, da empresa estadual Desenvolvimento Rodoviário S.A (Dersa), e do Dnit.

Mão Santa adverte que dívida do governo chegou a R\$ 1,8 tri

Mão Santa (PSC-PI) afirmou que a dívida do governo brasileiro, interna e externa, chegou a R\$ 1,8 trilhão – “um número tão grande” que ele diz não conseguir escrever. O senador informou que a dívida interna cresceu 25 vezes de 1995 a 2009 e a externa aumentou 80%.

Segundo Mão Santa, uma dívida tão grande mostra que “este não é o país das maravilhas” que o governo alardeia. Ele perguntou ao Plenário onde estava o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que ele explicasse por que o governo permitiu que a dívida chegasse a um nível tão elevado.

– O governo diz que aqui é o país das maravilhas. Mas a ganância politiceira, o pior desse governo, não para. Nunca se mentiu tanto nesse país – disse.

Mão Santa também criticou a saúde no Brasil, sustentando que o atendimento só é bom



Mão Santa aponta ganância e diz que “nunca se mentiu tanto nesse país”

“para quem tem dinheiro e plano de saúde”. O senador leu mensagem de uma pessoa que, doente, não consegue ser atendida nos hospitais públicos. Ele também mencionou mensagens recebidas de aposentados informados com seus vencimentos e indignados com a decisão do governo de não permitir o fim do fator previdenciário e aumentos superiores à inflação para aposentados do INSS.

Emenda inclui meta do governo que prevê redução das emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020

Aprovadas propostas que definem compromissos do país sobre clima

DUAS PROPOSTAS APROVADAS ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) contemplam metas brasileiras que poderão ser levadas à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a ser realizada em Copenhague, no início de dezembro. A primeira proposta cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e a outra institui o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) foi relatora das duas proposições, oriundas da Câmara dos Deputados.

O projeto (PLC 283/09) que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima resultou da compilação de várias iniciativas sobre o assunto que tramitavam na Câmara. A proposta estabelece, entre outras medidas, que os gastos públicos previstos para ações de enfrentamento das alterações climáticas não poderão estar sujeitos a contingencia-

mentos pelo governo federal. O texto define ainda princípios, objetivos e diretrizes para a aplicação dessa política.

Conforme o projeto, são princípios da PNMC precaução, prevenção, participação cidadã e desenvolvimento sustentável. No âmbito internacional, a proposta prevê responsabilidades comuns, porém diferenciadas, para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na sua execução, deverá ser considerado especialmente o dever de todos em atuar para a redução dos impactos decorrentes das mudanças climáticas.

Efeito estufa

Entre os objetivos dessa política, destacam-se a redução das emissões de gases do efeito estufa e a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima a serem assumidas pelos governos federal, estaduais e



Comissão de Infraestrutura, presidida por Fernando Collor, acolheu os dois projetos

municipais.

Ideli incluiu uma emenda para que o Brasil adote como compromisso nacional voluntário ações de mitigação das emissões de gases, com vistas a uma redução, até o ano 2020, entre 36,1% e 38,9%.

Conforme observou a senadora, a aprovação de emenda ao texto torna obrigatório o retorno do projeto à Câmara, o

que poderá inviabilizar, devido ao curto tempo, a votação naquela Casa antes da conferência de Copenhague.

Ideli disse que levaria "o resultado dessa aprovação" à reunião de líderes, na expectativa de que a matéria fosse examinada com rapidez pelo Plenário do Senado, possibilitando, assim, o seu exame pelos deputados antes da conferência.

"Brasil fará muita diferença na reunião"

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 284/09), resultado da compilação de quatro projetos – sendo um do Executivo –, será vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Terá como finalidade assegurar recursos para apoio a projetos e estudos e para financiamento de empreendimentos que visem abrandar impactos das mudanças do clima.

Segundo a exposição de motivos enviada pelo Executivo, o FNMC constitui instrumento fundamental para a viabilização da política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Para Ideli, é de fundamental importância que o Brasil leve para a COP-15 a aprovação dessas duas propostas, que representam o comprometimento do

país com a redução da emissão de gases de efeito estufa.

– O Brasil fará muita diferença na reunião, não só por assumir compromissos voluntários, mas também por decisões do Congresso Nacional, já que estamos levando matérias importantes aprovadas para fazer o diferencial. Será algo importante para o nosso país – explicou Ideli.

Por sua vez, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) observou que seria muito temerário que o Brasil levasse à conferência da ONU apenas declarações de intenções.

– Com esses projetos e esses compromissos, percebo que o Brasil sairá na frente – disse ele.

Já Eliseu Resende (DEM-MG) explicou que o Brasil ocupa uma

posição privilegiada no que diz respeito à matriz energética.

– Estamos situados entre os países com maior produção de energia limpa do mundo, com uma matriz energética mais adequada para o desenvolvimento econômico e social do país. Costumamos dizer que a era do carvão terminou antes de terminar o carvão. Agora, a era do petróleo vai terminar também antes de o petróleo terminar, porque os países devem partir para energias mais limpas.

As propostas aprovadas ainda serão apreciadas pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nessa última em decisão terminativa.

Ideli diz que ficou "estarecida" com decisão dos EUA e da China

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou em Plenário ter ficado "estarecida" com decisão dos presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama, e da China, Hu Jintao, de não levarem à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15) metas para a redução da emissão de carbono na atmosfera.

Para a senadora, é inaceitável "que apenas dois homens decidam uma coisa que afeta diretamente o planeta inteiro", sem pensar nas consequências de seus atos para toda a biodiversidade da Terra e para seus 6 bilhões de habitantes. Ideli acrescentou que os dois presidentes "nem sabem se irão à conferência de Copenhague".

Nesse contexto, conforme Ideli, cresce de importância a po-

sição brasileira na Conferência sobre Mudança Climática, pois a delegação nacional comunicará ao resto do mundo que, mesmo sob boicote das duas nações que mais poluem, estabeleceu metas voluntárias para cortar sua poluição. O governo decidiu, lembrou ela, que reduzirá entre 36% e 39% o lançamento de carbono até 2020 e diminuirá o desmatamento em 80%.

Pressa

Ideli pediu ao presidente do Senado, José Sarney, a imediata votação, pelo Plenário, dos dois projetos aprovados de manhã pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ela lembrou que as propostas ainda teriam de ir a outras comissões e, se fossem levados diretamente ao Plenário,



Para senadora, "cresce a importância da posição brasileira na conferência"

já na próxima semana as propostas voltariam ao exame dos deputados, porque os senadores alteraram seus conteúdos.

A representante catarinense afirmou que, se o Brasil chegar à reunião de Copenhague com as duas propostas (PLC 283/09 e PLC 284/09) já transformadas em lei, terá mais condições de exigir que os outros países adotem metas de corte em suas emissões de gases que provocam o aquecimento global.

Marina quer incluir em lei metas de redução de gases

Marina Silva (PV-AC) sugeriu quarta-feira a inclusão da meta voluntária do governo que estabelece percentuais para a redução das emissões de gases do efeito estufa até 2020 no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que se encontra em análise na Câmara e ainda será votado no Senado.

A sugestão foi feita durante a apresentação, pelo deputado Colbert Martins (PMDB-BA), do relatório de atividades da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que reúne propostas visando à redução do aquecimento global. As sugestões deverão ser votadas na próxima semana.

O objetivo da senadora é evitar que a meta anunciada pelo Executivo vire um "consenso oco". Ela ressaltou que a sua fixação em lei favorecerá o acompanhamento, pela sociedade, dos percentuais definidos pelo governo.

– Da mesma forma que vamos instituir as metas sociais, teremos que fazer o mesmo em relação à agenda de mudanças climáticas – afirmou.

No último dia 13, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a meta de reduzir as emissões de carbono entre 36,1% e 38,9% sobre as estimativas de emissões previstas para 2020. A meta está vinculada a um inventário de emissões que se encontra em elaboração e deverá ser anunciado pelo governo no início de 2010.

A proposta será levada à 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a se realizar em dezembro em Copenhague, na Dinamarca, para discussão do combate ao aquecimento global.

Apoio

A sugestão foi bem recebida pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), que presidia os trabalhos da comissão. Ele disse que a encaminharia à presidente do colegiado, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), mas advertiu os parlamentares quanto à "falta de consenso" sobre a institucionalização das metas, lembrando de proposta nesse sentido de sua autoria rejeitada na Câmara.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) avaliou que o governo deu um "passo adiante" dos outros países ao estabelecer percentuais para reduzir a emissão de carbono até 2020. Lembrou, no entanto, que a meta não foi discutida com o Congresso Nacional e com a sociedade.



Segundo Cristovam, compromisso de redução de emissões não é suficiente

Cristovam: Lula deve propor novo modelo de civilização

Ao dirigir um alerta aos líderes mundiais sobre os riscos de destruição do planeta por catástrofes climáticas, Cristovam Buarque (PDT-DF) apelou ao presidente Lula para que adote uma posição de vanguarda.

Para Cristovam, os compromissos assumidos pelo governo brasileiro de redução das emissões de gases do efeito estufa não são suficientes para conter a tragédia ambiental planetária que, em sua avaliação, se avizinha.

– Volto a insistir aqui e a fazer um apelo ao presidente do meu país, para que ele não se apequene em Copenhague; que ele fale para todos os 6 bilhões de seres humanos hoje preocupados com os próximos anos de suas vidas e com a certeza da tragédia na vida dos seus filhos, dos seus netos e de toda a Humanidade que vem depois – disse.

Cristovam pediu ainda a Lula que participe da conferência "como um ideólogo, propondo um modelo novo para a civilização, onde o transporte público prevalecerá sobre o transporte privado; onde o consumo será limitado, de acordo com as restrições ecológicas".



Marina: medida permitirá à sociedade acompanhar agenda climática

Em audiência pública no Senado, pesquisadoras afirmam que anúncios na TV utilizam apelos emocionais para levar público infantil a consumir alimentos não saudáveis

Publicidade para crianças é abusiva, dizem especialistas

AS CRIANÇAS MENORES de seis anos não conseguem diferenciar conteúdo publicitário na televisão da programação de entretenimento a que assistem. Assim, elas estão mais propensas a consumir produtos anunciados, que, muitas vezes, são alimentos não saudáveis.

As observações foram feitas por Renata Fagundes, do Centro de Pesquisa em Alimentação Saudável do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, em audiência pública promovida ontem pelas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) para instruir projeto de Marisa Serrano (PSDB-MS) que regulamenta a propaganda de alimentos (PLS 150/09).

Renata Fagundes informou que, de acordo com estudo realizado pelo centro de pesquisa entre 2006 e 2008, quase 70% das peças publicitárias veiculadas pela TV são direcionadas ao público infantil e que 96,7% delas divulgam alimentos não saudáveis.

Ela disse que as estratégias de *marketing* utilizam apelos emocionais para aumentar o consumo de alimentos com alto teor de gordura, açúcar ou sal. Em algumas estratégias, destacou, o consumo do produto é estimulado pela oferta de brindes colecionáveis.

Na avaliação de Isabella Vieira Henriques, do Instituto Alana, a publicidade direcionada a esse público é abusiva, uma vez que

explora a vulnerabilidade infantil. Informou que, em alguns países, como Inglaterra e Noruega, a veiculação de alimentos relacionados como causadores de doenças como obesidade e diabetes é controlada. Ela disse que 30% das crianças brasileiras estão com sobrepeso e 15% são obesas. Em sua opinião, o número de obesos no país poderia diminuir em até 30% caso esse tipo de publicidade fosse banida da televisão.

O Ministério da Saúde, disse a representante da Anvisa, Maria José Fagundes, investe cerca 69% de seu orçamento no tratamento de doenças como diabetes, obesidade e câncer e, segundo ela, desde 2005, a agência discute o tema em consultas públicas para regular o setor de alimentos.



Simon cita entrevista do vice-presidente à *Folha de S. Paulo*

Pedro Simon pede ação de José Alencar em defesa do TCU

Em discurso em que enalteceu o vice-presidente da República, José Alencar, por entrevista que concedeu ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 9, na qual fala de sua luta contra o câncer, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que Alencar convença o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a manter intacto o sistema de fiscalização de obras do Tribunal de Contas da União (TCU). José Alencar afirmou ao jornal que a impunidade é hoje um dos maiores problemas do país.

Pedro Simon entende que, sem uma boa fiscalização, a corrupção aumentará. Ele observou que na mesma edição do jornal há uma notícia em que se afirma que o governo prepara um projeto para reduzir o poder da instituição destinada a combater a corrupção.

– Agora, o governo quer que o TCU atue apenas depois da obra acabada, como se o país não fosse um paraíso da impunidade – indignou-se, dizendo que pessoas e empresas que se locupletam com dinheiro público não devolvem

“o que surrupiam da nação”.

O senador sustentou ainda que o governo, além de usar de forma desatinada medidas provisórias, controla os congressistas pela distribuição de cargos e pela liberação de recursos das emendas parlamentares. Agora, quer enfraquecer o TCU, órgão ligado ao Poder Legislativo.

– A quem interessa um Congresso omissivo e submisso? Exatamente àqueles que insistem em fazer da coisa pública um negócio particular – afirmou.

Pedro Simon declarou que José Alencar, ex-senador, é uma pessoa de grande dignidade, referência para o Brasil e espelho para as novas gerações. Ele se disse feliz pela afirmação dos médicos de que o câncer que ataca o vice-presidente tem diminuído de tamanho.



Klaus Puffeb (E), Isabella Vieira Henriques, senadora Marisa Serrano, Maria José Fagundes e Auli de Vitto na audiência

Setor de *marketing* promocional defende autorregulamentação

Em debate na CAS sobre o projeto que regulamenta a propaganda de alimentos, o vice-presidente da Associação de Marketing Promocional, Auli de Vitto, disse estar de acordo com a adoção de medidas para proteger os direitos da criança. Afirmou, contudo, haver discordância em relação à forma como esse processo está sendo conduzido e apresentou sugestões. Entre elas, está a criação de um conselho de autorregulamentação para fazer a interface entre a sociedade e as empresas. O dirigente sugere também que empresas fabricantes de produtos não nutritivos destinem parte de seus lucros para a educação infantil.

Vitto avalia que a obesidade decorrente do consumo de alimentos não saudáveis não pode ser atribuída apenas à publicida-

de, e lembrou que os produtos alimentícios, antes de chegar ao mercado, são previamente aprovados por órgãos competentes, estando, portanto, em condições legais.

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Promocionais, Wagner Frederico, disse acreditar que a legislação brasileira na área de direito do consumidor tem avançado muito e já é suficiente. Ele criticou, contudo, tentativas de diferenciar na legislação os diferentes nichos de publicidade, sobretudo o setor de brindes, que, em sua opinião, não pode ficar como o “vilão” dessa história e deve ser avaliado do mesmo modo que a propaganda na TV. Ele defende uma campanha educativa como forma de melhorar o consumo da população.

Audiência com Temporão discutirá SUS

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá participar, na próxima quinta-feira, de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

A audiência com o ministro integra o ciclo de debates promovido pela CAS e pela subcomissão, para discutir aspectos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O requerimento para a audiência é da presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e foi aprovado na reunião de ontem da comissão.

Oswaldo Sobrinho cobra mais recursos para Forças Armadas

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) defendeu ontem a destinação de mais recursos para o reaparelhamento das Forças Armadas. Ele frisou que fortalecer o país com o objetivo de solidificar sua importância mediadora não significa o seu engajamento numa corrida armamentista.

O senador citou carta enviada pelo presidente do Peru, Alan Garcia, aos ministros das Relações Exteriores e da Defesa que participaram do encontro da União Sul-Americana de Nações (Unasul), realizada em Quito, em 15 de setembro. Na carta, Garcia propõe que o Conselho de Defesa Sul-Americano estude e divulgue as despesas militares de cada país.

Para Oswaldo Sobrinho, a mensagem do presidente peruano é “claramente pacifista”. No entanto, o parlamentar assinou que historiadores, cientistas políticos e analistas militares são



Senador explica que investimento não representa uma corrida armamentista

unânicos em apontar quais os elementos garantidores da paz e quais propiciam a ida ao estado de guerra. Ele disse que uma linha teórica aposta no equilíbrio de forças e na instituição de determinado poderio bélico capaz de funcionar como elemento dissuasório.

– Ter capacidade de reação e defesa contribui fortemente para inibir agressões armadas – afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Oswaldo Sobrinho • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Zambiasi saúda estudante gaúcha pela redação vencedora de concurso

Zambiasi: juventude espera que o Brasil supere suas crises

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) saudou Simone Maria Gatto, que venceu o 2º Concurso de Redação do Senado.

Zambiasi leu a redação intitulada "O jogo da democracia", em que a estudante da cidade de Casca (RS) faz uma analogia entre o futebol e o viver democrático. No texto, Simone afirma ser possível "chutar a pobreza e a marginalização, fazer a defesa contra as desigualdades sociais e driblar todas as dificuldades para erguer a bandeira da democracia", sem deixar de acentuar que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pelo país.

– Me orgulho de saber que a nossa juventude tem dentro de si uma grande expectativa de que o Brasil supere suas crises com a garra peculiar do nosso povo – afirmou o senador.

Zambiasi felicitou pelo prêmio a estudante vencedora; a professora Zeniria Maria Strieski; a diretora da Escola Estadual Prof. Wilson Luiz Maccarini, Maria Dinorá Baccin Castelli; o secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Ervino Deon; a coordenadora da Secretaria, Cristini Mello Furtado. Saudou ainda o Senado pela iniciativa, a qual "demonstra cabalmente que, a despeito de toda crise que a Casa possa enfrentar, ela se mostra alta e consonante com o que pensa nosso povo, e isso realmente é gratificante".

O senador sugeriu a realização de concurso semelhante pelas escolas de todos os municípios, como forma de contribuir para a formação de futuros cidadãos, estimulando-os a refletir sobre o Estado democrático de direito e sobre a importância da participação política para o aprimoramento cultural da população.

Evento promovido pelo Senado selecionou textos de cada estado brasileiro e do Distrito Federal com o tema "Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil", e premiou ontem as três primeiras colocadas e suas escolas

As vencedoras Gabriela Alves, Denise Santos e Simone Gatto (D)



Sarney, na premiação: concurso promove meditação sobre a democracia

Em concurso de redação, estudantes homenageiam 120 anos de República

A CERIMÔNIA DE premiação do II Concurso de Redação do Senado Federal, realizada ontem no Salão Negro do Congresso, abriu a solenidade de comemoração ao Dia da Bandeira.

O evento foi prestigiado pelos 27 finalistas do concurso – um representante de cada estado, mais o Distrito Federal.

Com o tema "Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil", o concurso exaltou os 120 anos da Proclamação da República no país, comemorados no último domingo, e foi voltado para os alunos matriculados nos dois últimos anos do ensino médio regular das escolas públicas estaduais e do DF.

Em sua redação, a vencedora do concurso, Simone Maria Gatto, discorreu sobre o regime democrático como uma disputa esportiva. "Cada ser humano que habita o país é membro de um time, a República", escreveu a aluna da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Wilson Luiz Maccarini (RS), na redação "O jogo da democracia".

– Acredito que ainda há muito desenvolvimento por vir no país e que cada um precisa fazer a sua parte – declarou Simone na cerimônia.

O segundo lugar ficou com a estudante Denise Santos de Oliveira, do Centro de Ensino Médio 01 de São Sebastião (DF), autora da redação "Terra de mil

catrizes", e a terceira colocada foi Gabriela Vilaça Alves, da Escola Estadual Quinto Alves Tolentino (MG). As três vencedoras foram premiadas com *notebooks*, enquanto suas escolas receberam computadores, livros, CDs e um *kit* com publicações editadas pelo Senado e pelo Ministério da Educação.

Identidade

Na visão do presidente do Senado, José Sarney, esse concurso é importante para divulgar a imagem da instituição não só como uma Casa de leis, e ajuda a integrar o Senado à sociedade por meio da promoção e valorização da cultura.

– O que desejamos é que a criança brasileira comece a ter consciência de sua identidade. Com esse concurso, o Senado coloca o grão de areia no hábito da leitura e promove uma meditação sobre a democracia e seus

valores – falou aos estudantes presentes à cerimônia.

Também prestigiaram a solenidade os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Adelmir Santana (DEM-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

As redações finalistas estão no site http://www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/Concurso_2009/redacoes_finalistas.asp.

Em 2008, a primeira edição do Concurso de Redação teve como tema "A Bandeira Nacional". O evento é promovido pela Secretaria de Relações Públicas do Senado em parceria com o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, com apoio do Ministério da Defesa, do Banco do Brasil e de outros órgãos e instituições.

As vencedoras do Rio Grande do Sul, do DF e de Minas Gerais foram premiadas durante solenidade do Dia da Bandeira

Raupp parabeniza Senado por iniciativa "das mais louváveis"

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou a Secretaria de Relações Públicas do Senado pela realização do Concurso de Redação. O senador afirmou que, neste ano, os alunos foram instados a refletir sobre o significado do Estado democrático de direito e sobre o que representa ser um cidadão de fato nos dias atuais.

– Trata-se de iniciativa das mais louváveis, cujo objetivo vai além da mera distribuição

de prêmios para os alunos e as escolas participantes. Seu fulcro principal está na conscientização dos jovens sobre a importância da educação e do exercício pleno da cidadania em nosso país – afirmou.

Segundo Raupp, o nível das redações surpreendeu pela sofisticação dos argumentos usados e pelo elevado grau de consciência política apresentados pelos concorrentes.

– Tal condição não só nos

enche de esperança, como nos dá a certeza de que, paulatinamente, a qualidade da educação pública de nosso país vai retomando o seu patamar histórico – observou.

O senador elogiou o texto da "brilhante jovem" Dagriane Cácia Zanchetta, aluna da Escola Estadual de Buritis, em Rondônia, classificada como finalista do concurso com a redação de título "Uma República injusta".



Estudantes demonstraram elevado grau de consciência política, diz Raupp

Hasteamento da Bandeira nacional sucede premiação de concurso



Na rampa do Congresso, estudantes participam da solenidade do Dia da Bandeira

Após a premiação do II Concurso de Redação do Senado Federal, estudantes e autoridades desceram a rampa do Congresso para participar da solenidade de hasteamento da Bandeira nacional, mais um evento em comemoração ao Dia da Bandeira, realizado em conjunto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. O ato tem o objetivo de estimular o sentimento patriótico e o conhecimento a respeito desse símbolo nacional.

A abertura da cerimônia foi

assinalada pela leitura da redação "O jogo da democracia", de autoria da estudante gaúcha Simone Maria Gatto, primeira colocada no concurso. Ao dissertar sobre a democracia num esquema de disputa esportiva, Simone Gatto avaliou que "o Brasil é este time que muito já conquistou, mas que muito ainda precisa conquistar, pois há um público enorme esperando para vibrar com cada uma das vitórias".

A leitura da redação vencedora foi sucedida pela condução

pela rampa do Congresso, por 12 alunos do Colégio Militar de Brasília, das bandeiras históricas do país. Em seguida, servidores das polícias do Senado e da Câmara levaram as bandeiras nacionais, hasteadas pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo 1º vice-presidente da Câmara, Marco Maia. O hasteamento contou com a execução dos hinos Nacional e da Bandeira pela Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e foi acompanhado pelos corais do Senado e do Colégio Militar de Brasília.

Durante sessão especial, senadores e ministro Edson Santos ressaltam a necessidade de combater o preconceito e dar educação e oportunidades a brasileiros de todas as raças

Consciência negra: Senado celebra dia e cobra igualdade

O DIA NACIONAL da Consciência Negra, celebrado hoje – em homenagem à data de 20 de novembro de 1695, em que o ícone da resistência negra à escravidão Zumbi dos Palmares foi assassinado –, foi lembrado na sessão de ontem do Senado.

Mão Santa (PSC-PI) leu discurso de José Sarney, em que o presidente do Senado diz que a Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, não conseguiu acabar com a mão de obra escrava no país, assinalando que “a frieza das estatísticas” mostra que o profissional negro ganha bem menos do que o branco pelo mesmo trabalho. “Quando se fala de mulher negra é pior, ela está na base da pirâmide salarial”, diz Sarney.

Na presidência da sessão, Mão Santa lembrou a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, sustentada pelos lanceiros negros que, após sua participação, deveriam ser libertos, mas a promessa não foi cumprida e eles “foram sacrificados pelo Exército brasileiro”.

O ministro Edson Santos, da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, disse que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – que já foi acolhido na Câmara, e voltará ao Senado por ter sido alterado pelos deputados – estabelece a obrigatoriedade de assistência técnica e financiamento para os assentamentos dos quilombolas e garante saúde, educação, liberdade religiosa e mecanismos de inclusão social para todos.

– É uma lei para a sociedade brasileira como um todo, que resgatará os direitos plenos de cidadania de negros, brancos e



Paulo Paim (E), Edson Santos, Mão Santa e José Augusto da Silva Filho em Plenário

índios, dando-lhes condições de desenvolver suas potencialidades – afirmou o ministro.

Na opinião de Marisa Serrano (PSDB-MS), há muito a ser modificado no Brasil para se chegar à sociedade igualitária que todos desejam. Ela disse que a eleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos mostrou que “o sonho é possível”. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “quando todas as escolas tiverem a mesma qualidade, não haverá escola de negro, de branco, de pobre ou de rico, pois é na escola que essas divergências precisam ser combatidas”.

– É muito bom garantir vagas para os negros nas universidades, mas é ainda mais importante garantir ensino fundamental e médio de qualidade às crianças de qualquer cor – disse.

De acordo com Inácio Arruda (PC do B-CE), “somente com políticas amplas de formar, educar e profissionalizar será possível promover a inclusão social e profissional, tanto dos negros

quanto dos pobres”, ressaltou.

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) disse que o preconceito é brutal, cria fossos e divergências na sociedade. “Dar a todos a oportunidade de mostrar seu valor e, através da competência, conquistar seu lugar na sociedade deve ser a meta”, disse.

José Nery (PSOL-PA) disse que de 25 mil a 40 mil pessoas são submetidas, a cada ano, a condições de trabalho que se assemelham à escravidão. É preciso aprovar, sem demora, a legislação que permite o fisco das terras onde for detectado trabalho escravo, defendeu.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) enfatizou que no Rio Grande do Norte a escravidão acabou cinco anos antes da Lei Áurea.

Paulo Paim (PT-RS) lembrou a existência, no Brasil, de contingentes de brancos, negros, índios e ciganos, todos representados na sessão de ontem. Ele afirmou que, para combater a discriminação, será preciso fazer do dia de Zumbi dos Palmares “um feriado para celebrar a paz”.

Paim: Estatuto da Igualdade Racial pode ser aprovado em novembro

Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário que obteve as assinaturas de todos os líderes partidários para o pedido de urgência para a votação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). Ele disse acreditar que o estatuto seja votado ainda em novembro pelo Senado.

Paim também comemorou a aprovação de dois projetos de sua autoria que têm por objetivo, conforme afirmou, “buscar a cultura de paz nas escolas”, assegurando a segurança dos professores. Um dos projetos permite que os professores dediquem um terço do tempo das aulas para interagir com os pais dos alunos. O outro (PLS 191/09), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), visa proteger os professores de qualquer agressão física ou verbal.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse, em aparte, que as escolas precisam de mais recursos para poder oferecer estrutura e atividades que afastem os alunos da violência.



Paulo Paim comemora aprovação de projetos contra violência nas escolas

Paulo Paim voltou a explicar que a proposta de sua autoria que concede às aposentadorias e pensões do INSS o mesmo índice de reajuste do salário mínimo beneficia quem recebe até cinco mínimos, o que atinge 98% dos aposentados.

Cristovam Buarque (PDT-DF), também em aparte, defendeu uma melhor distribuição de renda no Brasil, dizendo que o ideal seria que a diferença entre o menor salário e o maior deveria ser de apenas três vezes.

Direitos Humanos aprova emendas de R\$ 562 milhões

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem três emendas ao projeto do Orçamento da União para 2010, num valor total de R\$ 562 milhões. Elas beneficiam projetos das secretarias especiais de Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres.

As emendas destinam R\$ 300 milhões para apoiar projetos de promoção de igualdade racial, R\$ 150 milhões para iniciativas de apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia e R\$ 112 milhões para projetos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Foram apresentadas 31 sugestões, das quais 27 foram aglutinadas pelo relator, Paulo Paim (PT-RS), nas três emendas aprovadas.

Essas emendas ainda precisam ser examinadas e aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Racismo exclui afrodescendente da sociedade, diz Lúcia Vânia

O país tem muito a fazer para garantir ao afrobrasileiro pleno acesso aos direitos humanos fundamentais, sendo fundamental colocar o tema na agenda dos governos federal, estaduais e municipais.

A avaliação foi feita pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ao registrar a passagem do Dia da Consciência Negra, comemorado hoje, data da morte de Zumbi, líder do quilombo dos Palmares.

Lúcia Vânia afirmou que, apesar do “propalado mito” da democracia racial brasileira, existe subterraneamente um racismo no país que exclui da sociedade os afrobrasileiros, relegados a uma cidadania de segunda classe.

Segundo a senadora, a crença de que não existe racismo no Brasil, somada à atitude de autobranqueamento da população negra, disfarça os anta-



Lúcia Vânia lembra que Brasil tem a segunda maior população negra

gonismos raciais, desmobiliza a comunidade afrobrasileira e leva o poder público a tratar com descaso a questão.

Lúcia Vânia lembrou que, segundo dados oficiais, os negros e pardos no Brasil somam 50% da população, totalizando mais de 70 milhões de pessoas, o que faz com que o país tenha a maior população negra fora da África e a segunda maior população negra do mundo.

Data será comemorada no país com uma série de atividades

Mais de 700 municípios do país comemoram hoje o Dia Nacional da Consciência Negra. Em grande parte deles, é feriado ou ponto facultativo a data que homenageia Zumbi dos Palmares.

A decretação de feriado no dia 20 de novembro, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), deve ser feita a critério de cada município. O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Edson Santos, criticou a decisão de alguns tribunais de Justiça, como o de Goiás, de vetar a decretação de feriado.

O governo federal vai promover hoje uma série de atividades para lembrar a data. O evento principal será em Salvador, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai

assinar 30 decretos para a titulação de terras de comunidades quilombolas em 14 estados.

Também haverá o lançamento, na solenidade, do selo Quilombola, marca a ser atribuída aos produtos artesanais de comunidades remanescentes de quilombos, com o objetivo de agregar identidade cultural e valor econômico a essa produção.

Em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Edson Santos disse que a Abolição da Escravatura, em 1888, não resultou em medidas de inclusão dos negros. O ministro lembrou que aproximadamente metade da população brasileira é negra. (Com informações da Agência Brasil.)

Mário Couto: STF deve aceitar pedido de intervenção no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar a administração da governadora Ana Júlia Carepa, dizendo que o Pará “caminha para trás”. Ele lembrou decisão do Tribunal de Justiça do Pará que, por 20 votos a um, concluiu esta semana que há razões para uma intervenção federal no estado. A Justiça decidiu encaminhar sete ações de produtores rurais ao Supremo Tribunal Federal (STF), que analisará o caso.

– Não tenho dúvida de que o Supremo acatará – afirmou.

A razão da intervenção é o descumprimento de ordens judiciais por parte do governo de Ana Júlia Carepa, ao não executar mandados de reintegração de posse concedidos pela Justiça em favor de donos de fazendas ocupadas no Pará. O governo admite ter hoje 70 mandados a cumprir, de acordo



Mário Couto critica governadora Ana Júlia: estado “caminha para trás”

com informações do Tribunal de Justiça do estado.

A violência “imperou no Pará”, tanto no interior do estado como na capital, onde 12 pessoas são assassinadas a cada fim de semana, disse Mário Couto. Ele acrescentou que “centenas de pessoas deixam de ser atendidas porque muitos hospitais fecharam e outros sequer abriram suas portas”.